

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

## TEMPO E ALTERIDADE NA ESCRITA DE ERNEST LAVISSE

Rilton Ferreira Borges

Instituto Federal Farroupilha (IFFar)

rilton.borges@iffar.edu.br

É necessário enfatizarmos que, conforme nos atesta Stuart Hall, as identidades não são estáveis, nem imutáveis, mas fragmentadas e multiplamente construídas. Elas são relacionais, ou seja, precisam do outro para serem construídas, e necessitam da diferença para se estabelecerem (HALL, 2000, p. 109 apud SOUSA, 2011, p. 61).

Durante uma excursão que fez à Alemanha, Lavissee encontrou dois jovens franceses que foram seus alunos. Eles estudavam na Alemanha e estudavam a Alemanha. Conversando sobre o país, os estudantes não o denigrem, nem por ele mostram admiração. Ao relatar este encontro, Lavissee sugere que se deve viajar muito, não apenas para aprender a língua, mas para se ampliar o horizonte dos espíritos, para melhor conhecer o “eu” em contato com o “não-eu” e encorajar a iniciativa e a renovação de nós mesmos (LAVISSEE, 1888, p. 267). Lavissee fala explicitamente que conhecer o outro ajuda a conhecer a si mesmo: portanto, o olhar que dirige à Alemanha também o ajuda a compreender a França.

No zoológico de Dresden Lavissee vê uma placa: “verdadeiros cães rateiros alemães”. Ele já havia reparado que nas lojas a identificação de produtos como “*Echt deutsch*” (realmente alemão) era o elogio por excelência (LAVISSEE, 1888, p. 275). O epíteto *deutsch* (alemão) era usado para atribuir todo tipo de virtude, em particular boafé, fidelidade, castidade, modéstia. O mesmo vale para tudo que é bom e vigoroso na natureza. Lavissee lembra de uma jovem mulher alemã que ficou espantada quando viu, em sua primeira viagem à França, uma espécie de cão que acreditava existir apenas na Alemanha. Esta admiração ingênua de si mesmos, segundo o autor, explica o sentimento dos alemães com relação aos estrangeiros. O ódio ao polonês não se explica apenas pelo remorso com relação aos crimes cometidos contra a Polônia, ou a vontade de fazer “desaparecer o cadáver”, mas no polonês o alemão detesta o eslavo, o estrangeiro (LAVISSEE, 1888, p. 275). O antieslavismo ganhou sustentação com o darwinismo social no século XIX, que via na luta entre raças um dado da evolução humana. Neste sentido, o antieslavismo não deixava de ser uma expressão do racismo. A “guerra de raças” estava bastante presente na imprensa e nas obras de ficção (HÉMONT, 2014, p. 83). Fosse na

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Polônia ou em Camarões, na mesma época, o racismo aparece como essencialmente cultural e a educação o assimila e o relaciona com seus fins. Tal concepção leva a uma violência inaudita e banalizada, que nos conflitos internacionais se expressa na forma de massacres (HÉMONT, 2014, p. 84). A colonização do território polonês significava, ao mesmo tempo, a legitimação de seu poder e superioridade frente aos eslavos e o reconhecimento de que os poloneses eram incapazes de administrar a si mesmos (HÉMONT, 2014, p. 44).

Todas as nações modernas enfrentaram o problema das minorias. O Estado-nação uniu dois conceitos diferentes: a *nação*, de ordem identitária, e o *Estado*, de ordem jurídica (HÉMONT, 2014, p. 89). Eis que cinco milhões de pessoas, entre os 42 milhões de habitantes do Império Alemão, não se consideravam alemães, mas dinamarqueses, poloneses, alsacianos e lorenos. Assim, as fronteiras do Império não coincidiam com a *Kulturnation*, nem deixavam de conter particularismos bastante fortes entre os próprios alemães, como as divisões entre Norte e Sul, Leste e Oeste e católicos e protestantes (HÉMONT, 2014, p. 90).

Para sua própria segurança espiritual, as comunidades culturais precisam de muitos inimigos (BAUMAN, 2012, p. 49). Neste contexto, Lavissee se preocupa com a questão dos judeus na Alemanha. Para o historiador, o ódio “bárbaro e estúpido” contra o judeu é um fenômeno da mesma ordem que o ódio ao Polonês. Se às vezes um francês se refere a um sujeito cuja avidez não tem escrúpulos como um “verdadeiro judeu alemão”, na Alemanha, um judeu não pode ser um verdadeiro alemão. Lavissee cita a fala de um deputado do *Reichstag* de origem israelita, de grande distinção e que prestou importantes serviços políticos à Alemanha: “Que coisa amarga se sentir estrangeiro em seu próprio país!” (LAVISSE, 1888, p. 276). “Estrangeiro” é a palavra: os antissemitas agem como se quisessem expulsar um corpo estranho do organismo saudável da Alemanha. “Verdadeiros cães rateiros alemães! Vamos exilar os outros?” (LAVISSE, 1888, p. 276).

Benedict Anderson entende que racismo e antissemitismo se relacionam mais com as ideologias de classe do que com o nacionalismo e, no geral, se expressam dentro das fronteiras nacionais (ANDERSON, 2008, p. 209). Mas na leitura de Lavissee o antissemitismo seria transversal a uma ideologia de classes: o nacionalista, seja de qual

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

classe for, tende a excluir o judeu, seja de qual classe for. A questão em jogo, nesta leitura, não seria a determinação de um lugar a ser ocupado por um determinado grupo dentro da sociedade (como o racismo ao qual nos acostumamos no Brasil), mas o desejo – ou, ao menos, o discurso – de extirpar um corpo estranho, câncer ou parasita do corpo nacional ou, ainda mais intenso, purificar o corpo mítico profanado da nação.

O Outro muitas vezes não é apenas aquele que ocupa outro espaço, mas também, simultaneamente, aquele que está em outro tempo. Johannes Fabian percebe uma forte relação com o tempo quando a antropologia olha para o selvagem, o primitivo, o Outro (FABIAN, 1983, p. 1). O tempo evolucionista é o ponto onde desemboca a secularização do tempo. Ele traz dois elementos: 1) o tempo é imanente, portanto coextensivo ao mundo; 2) relações entre partes diferentes do mundo podem ser entendidas como relações temporais (FABIAN, 1983, pp. 10-11). Isso era evidente nas viagens ultramarinas e intercontinentais, mas Lavissee experimenta essa mesma concepção de tempo evolutivo ao chegar à outra margem do Reno.

Civilização, evolução, desenvolvimento, aculturação, modernização (e seus primos industrialização, urbanização) são todos termos cujo conteúdo conceitual deriva, de formas que podem ser especificadas, do tempo evolucionista (FABIAN, 1983, p. 17).

O tempo “naturalizado” de Darwin e da história natural não tinha utilidade prática para os evolucionistas sociais. Spencer, por exemplo, “especializa” o tempo, vendo a evolução não como uma cadeia, mas como uma árvore. A árvore é um esquema que pressupõe subsunção e hierarquia (FABIAN, 1983, p. 15). Daí temos que as sociedades não evoluem todas da mesma forma, assim como os galhos se desenvolvem em trajetos diferentes. Portanto é possível que, se deixadas ao acaso, as sociedades podem ter pontos de chegada diferentes. Na concepção de Lavissee o “desenvolvimento em árvore” das sociedades não faria sentido, pois o que se espera da humanidade é que em algum momento todos os povos sejam republicanos – como os franceses.

“O que faz o selvagem significativo para o tempo evolucionista é que ele vive em outro tempo” (FABIAN, 1983, p. 27). O conhecimento dos antropólogos geralmente se inscreve numa relação de poder entre o lugar de origem do antropólogo e seu objeto, o que faz desse conhecimento político por natureza, mas Fabian sugere que essa relação possa ser colocada em termos temporais (FABIAN, 1983, p. 28). Ao observarmos a

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

relação de Lavisse com a Alemanha, há menos uma relação hierárquica de poder do que uma relação temporal: eles *são* o que nós *éramos*; nós *somos* o que eles *serão*.

O período entre 1880 e 1914 foi o das maiores migrações dentro dos Estados e entre eles, também do imperialismo e rivalidades internacionais. O movimento de “estrangeiros” pela Europa facilitou o projeto de unir partes díspares da nação contra forasteiros (HOBSBAWM, 2008, p. 112). Por outro lado, tanto a França quanto a Alemanha usaram o imperialismo ultramarino para reforçar o nacionalismo e a integração nacional (HÉMONT, 2014, p. 95). No caso da França, o dispositivo discursivo sobre a nação se reorganizou completamente a partir dos anos 1880, sob o efeito de dois fatores decisivos: o florescimento da democracia e a intensificação da crise econômica. Políticos passaram a defender medidas protecionistas: queriam controlar não apenas a circulação de mercadorias, mas também de indivíduos. A classe dominante descobriu que mais de um milhão de trabalhadores estrangeiros viviam na França. O tema da concorrência dos “imigrantes” no mercado de trabalho, pela primeira vez, se tornou um problema importante na vida política francesa. Essa obsessão pelo protecionismo explica porque a maior parte das leis sociais adotadas pela Terceira República continham disposições discriminatórias aos estrangeiros (NOIRIEL, 1995, p. 21).

O nacionalismo, que tenta unir uma comunidade imaginada e separá-la das demais, busca sua afirmação no Iluminismo; mas, ao mesmo tempo, não pode fazê-lo porque o Iluminismo almeja o universal que, se fosse concretizado, tornaria o nacionalismo inviável (BHABHA, 1998, p. 201). De forma aparentemente contraditória, a mesma época da ascensão do nacionalismo foi também aquela em que se estabeleceram diversos padrões universais: unidades de peso, medida e o próprio tempo. Mas essa “universalidade” não ocorreu de forma neutra: o que se deu foi a imposição – pela força política, econômica ou científica – de um padrão nacional sobre os demais. Por isso a contradição é apenas aparente.

O metro e o quilo foram duas grandes vitórias dos franceses, por exemplo. Suas unidades de pesos e medidas “iluministas”, “revolucionárias” e “republicanas” representavam, pelo menos para os franceses, a superioridade de suas instituições na Terceira República (GALISON, 2005, p. 91). Por outro lado, os franceses se sentiram humilhados por não terem conseguido sincronizar o tempo após unificar os pesos e

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

medidas: desta vez o triunfo foi inglês (GALISON, 2005, p. 99). A vitória do poder econômico e industrial britânico fica mais clara se levarmos em conta o fato de que, na prática, o meridiano inicial, a partir do qual seriam contadas as horas, poderia estar literalmente em qualquer ponto do planeta. Mas a escolha do observatório de Greenwich, nos arredores de Londres, colocava a Inglaterra no centro do mundo e obrigava franceses e alemães a ajustarem seus relógios em função dos ingleses. A proposta das zonas horárias saiu vitoriosa, mesmo com a oposição, sobretudo de franceses, que não queriam abrir mão de seu meridiano inicial em Paris e argumentavam que teriam que jogar fora todos os seus mapas. Na prática, os franceses teriam apenas que atrasar seus relógios em nove minutos e vinte e um segundos (GALISON, 2005, p. 164-165).

Se para os franceses Greenwich soava como uma ofensa, para os alemães era uma forma de unificar o tempo tendo um referencial externo, de modo a resolver a questão da autonomia entre as regiões que continuavam a usar suas horas locais. A unificação foi defendida com o argumento de que os comboios aumentavam a eficiência militar. Assim, a Alemanha fez sua unificação política junto com a das horas (GALISON, 2005, pp. 160-161). Se pretendessem, como os franceses, propor uma alternativa a Greenwich, primeiro os alemães teriam que definir se o meridiano passaria por Berlim, ou Dresden, ou Frankfurt, ou Munique, ou...

A unificação das horas e definição dos meridianos ajudou no processo de elaboração de mapas, fundamentais para uma era marcada pelo imperialismo. Neste contexto, as regiões de fronteira são excelentes espaços de observação para a compreensão do processo de construção da imagem do outro e de si, pois

A polivocalidade pode provocar tanto ressentimento quanto prazer. A confusão, a ambivalência e a incerteza que podem acompanhá-la mostram que a vida na zona de fronteira não é só cerveja e futebol, podendo inspirar indignação, vergonha e raiva. Essa área é um território de intenso intercâmbio – solo fértil para a tolerância e até para a compreensão mútua, mas também local de brigas e disputas eternas, terreno fecundo também para mágoas e xenofobia tribais. A condição cultural do tipo zona de fronteira é notória por ser fraturada por tendências opostas e hostis, ainda mais difíceis de conciliar pelo fato de surgirem da mesma condição (BAUMAN, 2012, p. 60).

No caso da Alsácia-Lorena, que além de fronteira era espaço de litígio, o processo de diferenciação se intensifica. Estrasburgo, por exemplo, funcionava ao mesmo tempo como um sistema fechado e sistema de troca aberto para o exterior (ESPAGNE e

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

WERNER, 1987, p. 981). Por outro lado, também era duplamente segregada: nem todos os alemães eram favoráveis à “reintegração” da Alsácia-Lorena (HÉMONT, 2014, p. 41). Cedida à França em 1648, a Alsácia gozou de grande autonomia a partir do século XVIII e não era vista como totalmente francesa pelos franceses, como exemplifica o comentário sarcástico de Voltaire que classifica a região como meio francesa, meio alemã, mas inteiramente selvagem<sup>1</sup>. Michelet definia a região não como alemã ou francesa, mas metade de cada (HÉMONT, 2014, p. 46). Em 1871 a região se tornou oficialmente alemã, mas Lavisse reclamava sua nacionalidade francesa. Essa situação ajudou a demarcar a diferença entre a concepção francesa e a alemã de nação, na medida em que funcionando como entre-lugares se tornou um espaço de negociação e produção de culturas nacionais (BHABHA, 1998, p. 20), ao mesmo tempo em que “as fronteiras nacionais representaram no século XIX uma separação cultural mais profunda do que outras divisões, especialmente quando se tratam das formas mais abstratamente intelectuais da cultura” (ESPAGNE e WERNER, 1987, p. 971).

A consciência da burguesia da Alsácia era intelectualmente germânica e politicamente francesa. Apesar do sentimento de diferença para com o país vizinho trazido pela história, sobretudo pela Revolução, o passado germânico e a posição de fronteira encorajavam a consciência de serem uma ponte entre as duas nações, de modo que muitos intelectuais e universitários buscaram ativamente servir como intermediários e propor parcerias (HÉMONT, 2014, p. 51). Este contexto torna ainda mais clara a afirmação de Jörn Rüsen:

Identidade é, por conseguinte, um processo social de interpretação recíproca de sujeitos que interagem entre si. Neste processo, os sujeitos mesmos debatem-se continuamente entre si, à busca de serem aqueles que querem ser e de não serem aqueles que deveriam ter sido. A constituição da identidade efetiva-se, pois, numa luta contínua por reconhecimento entre indivíduos, grupos, sociedades, culturas, que não podem dizer quem ou o que são, sem ter de dizer, ao mesmo tempo, quem ou o que são os outros com os quais têm a ver (RÜSEN, 2001, p. 87 apud SOUSA, 2011, p. 62).

Também podemos ver na região de fronteira uma aplicação intensificada da noção de “identidade cultural” apresentada por Bauman:

---

<sup>1</sup> “... moitié allemande, mais en tout cas entièrement iroquoise”. Lettre de Voltaire à Jean-Baptiste Boyer, 3 Mars 1754.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Sugiro que a imagem mais capaz de apreender a natureza das identidades culturais é a de um redemoinho, e não a de uma ilha. As identidades mantêm sua forma distinta enquanto continuam ingerindo e vomitando material cultural raras vezes produzido por elas mesmas. As identidades não se apoiam na singularidade de suas características, mas consistem cada vez mais em formas distintas de selecionar/reciclar/rearranjar o material cultural comum a todas, ou pelo menos potencialmente disponível para elas. É o movimento e a capacidade de mudança, e não a habilidade de se apegar a formas e conteúdos já estabelecidos, que garante sua continuidade (BAUMAN, 2012, p. 53).

A temporalidade da negociação ou tradução tem duas vantagens: 1) reconhece a ligação histórica entre o sujeito e o objeto da crítica, superando a oposição simplista entre falsa concepção ideológica e verdade revolucionária; 2) chama a atenção para o fato de que referentes e prioridades políticas não existem com um sentido primordial e tampouco refletem um objeto político unitário e homogêneo, fazendo sentido apenas dentro dos discursos (BHABHA, 1998, p. 52).

Fustel de Coulanges desconstruiu a noção dos historiadores alemães de que a nacionalidade era determinada pela raça e pela língua, afirmando que os homens se sentem pertencentes à mesma nação quando “sentem em seus corações” que são de um mesmo povo e têm os mesmos ideais, interesses e esperanças, e é por isso que marcham, trabalham, combatem e morrem uns pelos outros (HÉMONT, 2014, p. 53). Esta concepção, muito próxima daquela expressa por Lavisse, era usada como argumento contra a anexação da Alsácia-Lorena pelos alemães.

Os prussianos exigiam em nome da paz as regiões da Alsácia e parte da Lorena. À época, entre os anos de 1870 e 1872, Fustel de Coulanges escreveu artigos e cartas a respeito. Entretanto, as explicações para a ruína francesa ante o inimigo foram buscadas muito antes do desencadeamento da guerra e as exigências territoriais dos vencedores consideradas ilegítimas e postas sobre o plano político. A questão nacional se revela decisiva nesse sentido e, de modo geral, os historiadores metódicos rejeitam os aspectos raciais e linguísticos como constitutivos da nacionalidade (TEIXEIRA, 2018, p. 27).

Bismarck, inicialmente reticente em relação à anexação da Alsácia-Lorena, agiu de forma pragmática: manteve ali grande parte da legislação e instituições francesas, de modo a não causar grande impacto na população, mas lentamente “retirar o superficial verniz francês” e revelar a “verdadeira natureza alemã” dos territórios anexados. Para tanto, o poder local foi exercido por uma burocracia formada por altos funcionários alemães nomeados pelo Imperador que funcionavam como “instrumento privilegiado da

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

germanização” (HÉMONT, 2014, p. 55). O território anexado, neste contexto, funcionava ao mesmo tempo como resultado da unificação realizada e um elo que a consolida (HÉMONT, 2014, p. 56).

Sem dúvida, a Prússia poderia se apossar dos territórios reivindicados pelo simples motivo de dispor de forças para tal. Entretanto, isso não bastava. Era preciso legitimar a expansão sem suscitar uma imagem de agressor, invasor. Com o intuito de legitimá-la, elencou-se o “princípio da nacionalidade”. Mas, como definir a nação? Qual critério a compõe? A raça, a língua, o compartilhamento territorial e histórico? Ou uma espécie de “plebiscito cidadão”? Quiçá, a combinação de vários desses elementos? Quanto a isso, a Prússia concebia aspectos raciais e linguísticos como constitutivos da nacionalidade (TEIXEIRA, 2018, p. 29).

Para os alemães, ser alemão era um dado natural, hereditário, inelutável. Por ter maioria alemã, Alsácia e Lorena só poderiam pertencer ao Império Alemão. Por outro lado, a concepção francesa de nação era – e precisava ser – de outra ordem.

Quanto ao motivo etnográfico, este representava para Coulanges (1870, pp. 5-8) uma contradição, uma ameaça a outros países (Holanda, Áustria, Suíça) e regiões que falavam ou eram habitados pela raça alemã, seria um pretexto para ambiciosos ou, se preferirmos, um “novo nome para o velho direito do mais forte” (TEIXEIRA, 2018, p. 30).

Lavisse faria eco ao pensamento de Coulanges e de tantos outros pensadores franceses. Dentro da retórica francesa, o discurso alemão a respeito da nacionalidade seria apenas um pretexto para justificar seu expansionismo dentro da Europa (não esqueçamos que não está em discussão o expansionismo fora da Europa). Mais do que impertinente ou infundada, a concepção alemã de nação seria perigosa.

Mas qual seria a definição alternativa de nação proposta pelos franceses? A nação não seria uma condição, mas um sentimento.

O senhor se vangloria do fato de que falamos alemão em Estrasburgo; não obstante, é menos verdade que foi em Estrasburgo que cantamos brilhantemente pela primeira vez nossa Marselhesa? (Coulanges, 1870, p. 10 apud TEIXEIRA, 2018, p. 31).

Se os habitantes da Alsácia-Lorena são herdeiros da Revolução e *se sentem* franceses, portanto, são franceses. Pouco importa sua origem étnica: se escolherem fazer parte da Terceira República, não podem ser obrigados a integrar o Segundo *Reich*.

No discurso de Coulanges, não seria a “capacidade de conquista” um preceito válido para a composição da nação. A conquista da região em disputa durante o reinado de Luís XIV não a tornou francesa e assim, insinua o historiador, também a Prússia não lograria êxito com relação ao seu propósito. Desde a Revolução de 1789, os

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

alsacianos acompanham os franceses, porque se sentem franceses, ao compartilhar de suas ideias e sentimentos, vitórias e derrotas, alegrias e dores (TEIXEIRA, 2018, pp. 31-32).

A adesão a um sentimento e história comuns é, para Coulanges e Lavissee, o critério definitivo de pertencimento à nação.

Os homens sentem em seu coração que eles são um mesmo povo quando têm uma comunidade de ideias, de interesses, de afeições, de lembranças e esperanças. Eis o que faz a pátria. Eis o porquê os homens querem marchar juntos, juntos trabalhar, juntos combater, viver e morrer uns pelos outros. A pátria é o que amamos (COULANGES, 1870, p. 10 apud TEIXEIRA, 2018, p. 32).

Objetivamente, o passado não poderia ser invocado como justificativa para que um grupo fosse declarado parte de uma nação contra sua vontade.

Quando falamos do presente, não fixamos excessivamente os olhos sobre a história. A raça é da história, é do passado. A língua ainda é da história, é o resíduo e o signo de um passado distante. O que é atual e vivo, são as vontades, as ideias, os interesses, as afeições. Talvez, a história vos diga que a Alsácia é um país alemão, mas o presente vos prova que é um país francês. [...] Nós temos hoje alguma coisa melhor do que a história para nos guiar; nós possuímos no século XIX um princípio de direito público que é infinitamente mais claro e mais indiscutível do que vosso pretense princípio da nacionalidade (COULANGES, 1870, pp. 14-15 apud TEIXEIRA, 2018, p.32).

Os estudos a respeito da questão nacional publicados depois do século XIX podem ser agrupados em dois polos, em função do grau de interesse que eles suscitaram. O primeiro polo reúne as disciplinas que foram muito preocupadas; disciplinas caracterizadas como “empíricas”: o direito e a história política sobretudo. O segundo polo é ocupado pelas disciplinas mais “teóricas” (sociologia e antropologia) que se ilustram ao contrário por uma indiferença persistente sobre o sujeito (NOIRIEL, 1991, p. 73). Mas não nos esqueçamos de que no século XIX a história luta para se constituir como ciência e, neste contexto, delimitar seu campo de ação implica, necessariamente, definir o que *não é* seu campo de ação. Portanto, a resposta à pergunta “a que nação eles pertencem?” não deve partir dos historiadores, mas do direito: segundo a história, os povos que habitam a Alsácia e a Lorena *foram* alemães; segundo o direito, *são* franceses.

No caso mencionado acima, a relação passado e futuro já não é mais dominada ou regulada por referência ao passado, este não parece habilitado a instruir os homens. A *magistra vitae* perde espaço para o direito, mais precisamente, o “princípio da autodeterminação dos povos” e o poder decisório do povo sobre seu próprio destino. Essa descontinuidade, que implica a sujeição das instituições em conformidade com a vontade popular e garantias inerentes à liberdade de escolha com fortes conotações democráticas, para Coulanges

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

representa um princípio moderno, um fundamento da ordem e da paz intrinsecamente vinculado ao progresso da humanidade (TEIXEIRA, 2018, p.33).

A tese “organicista” ou “historicista” justifica a anexação da Alsácia-Lorena em nome de critérios “objetivos” (língua, costumes etc.), considerados como mais importantes do que as opiniões conjunturais dos indivíduos. A tese “democrática” – baseada no “sentimento de pertencimento” e no famoso “plebiscito de todos os dias”, popularizado por Renan em uma conferência na Sorbonne, mencionado depois em todos os livros sobre o assunto – fez da vontade popular o critério fundamental de pertencimento nacional (NOIRIEL, 1991, p. 74).

As polêmicas entre historiadores alemães e franceses que vieram depois da anexação da Alsácia-Lorena ilustram a extensão da mudança de perspectiva. Para além de suas divergências, todos aqueles que participaram do debate concordaram em considerar que é no nível do indivíduo em si que se pode descobrir os critérios legítimos que permitem definir a nacionalidade; os alemães privilegiavam as características culturais (como a língua) suscetíveis a serem recenseadas, enquanto os franceses defendiam o “sentimento de pertencimento à nação”, passível de ser “objetivado” por um voto. Mesmo assim, como afirma Hobsbawm, “não há dúvida de que, para a maioria dos jacobinos, um francês que não falasse francês era suspeito e que, na prática, o critério etnolinguístico de nacionalidade era frequentemente aceito” (HOBSBAWM, 2008, p. 33).

Critério bastante contundente e de certa beleza poética este que define a nacionalidade usado por Coulanges e reforçado por Lavissee. Mas não deixa de ser instigante imaginar se seria tão ardentemente defendido caso emergisse no norte da África...

A propósito escreveu Lavissee (1913, p. 168): “A França deseja que os pequenos árabes [argelinos] sejam tão bem instruídos quanto os pequenos franceses. Isso prova que nossa França é boa e generosa com os povos que ela submete”. Trata-se do discurso do “bom colonizador”, que leva melhorias e impulsiona o progresso nos lugares que governa (TEIXEIRA, 2018, p. 49).

Como não desejar pertencer a uma nação que é bondosa para com aqueles que submete? Com esta reflexão, que esperamos abrir espaço para pesquisas futuras, encerramos esta comunicação.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

## Referência Bibliográficas

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BAUMAN, Zygmunt. *Ensaio sobre o conceito de cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- ESPAGNE Michel, WERNER Michaël. *La construction d'une référence culturelle allemande en France: genèse et histoire (1750-1914)*. In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 42<sup>e</sup> année, N. 4, 1987. pp. 969-992
- FABIAN, Johannes. *Time and the other: how anthropology makes its object*. New York: Columbia University Press, 1983.
- GALISON, Peter. *Os relógios de Einstein e os mapas de Poincaré*. Lisboa: Gradiva, 2005.
- HÉMONT, Isabelle Quirin. *La germanisation par l'école en Alsace-Moselle et en Poznanie: une politique coloniale?* 2014. 440 f. Tese (Doutorado em Estudos Germânicos) École Doctorale Sciences de l'Homme et de la Société, Université François-Rabelais de Tours, Tours.
- HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- LAVISSE, Ernest. *Essais sur l'Allemagne impériale*. Paris: Hachette, 1888.
- NOIRIEL, Gérard. *La question nationale comme objet de l'histoire sociale*. In: Genèses, 4, 1991. Le national. pp. 72-94
- \_\_\_\_\_. *Socio-histoire d'un concept. Les usages du mot « nationalité » au XIXe siècle*. In: Genèses, 20, 1995. Histoire politique, histoire du politique. pp. 4-23
- SOUSA, Luana Neres. *Objetividade e intersubjetividade: uma análise acerca da pretensão de cientificidade na história*. Revista de Teoria da História Ano 3, Número 6, dez/2011 Universidade Federal de Goiás.
- TEIXEIRA, Fernando Sousa. *Política e Nacionalismo nos Anales d'Histoire Économique et Sociale (1929-1938)*. 2018. 126f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.